O SERVIÇO SOCIAL E A INTERVENÇÃO EM SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO TRABALLHO TÉCNICO SOCIAL (TTS)

VIEIRA, Norma Daliane Rodrigues[1]; **MIGUEL, Jordelle Carvalho**[2]

RESUMO

RESUMO: Este trabalho traz elementos acerca do exercício profissional do Serviço Social em intervenções de infraestrutura social e urbana, a partir das reflexões surgidas com a experiência profissional no Trabalho Técnico Social em obras de ampliação de sistemas de água e de esgotamento sanitário na Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA). Por meio de uma pesquisa qualitativa e documental, traz uma articulação entre as disposições nos manuais de orientação para o Trabalho Social em obras de infraestrutura social e urbana com os preceitos éticos-políticos e técnico-operativos do Serviço Social. Os resultados apontam que um dos mais expressivos desafios para o assistente social se assenta na necessidade do estabelecimento de um posicionamento em acordo com o Projeto Ético Político do Serviço Social, sem se limitar às orientações inscritas nos manuais, sendo capaz de estabelecer uma prática propositiva e criativa.

Palavras-chave: Serviço Social; intervenção urbana; trabalho social.

I. INTRODUÇÃO

As disputas inscritas no exercício profissional do assistente social permeiam uma complexa dinâmica social, a qual deve ser entendida em sua totalidade, reconhecendo as mediações e contradições que constituem a sociedade do capital, a fim de subsidiar uma intervenção que afirme o compromisso ético-político da profissão, em favor dos trabalhadores, tendo como objeto a questão social. Dada essa especificidade, o profissional do Serviço Social é demandado a atuar em diversos espaços sócio-ocupacionais, dos quais vêm se avultando as abordagens no espaço urbano, onde se observa um conjunto de intervenções no campo da habitação e do saneamento básico, por exemplo.

Essa dinâmica referencia o reconhecimento de que as cidades se apresentam, na sociabilidade capitalista, como "o *lócus* das mais diversas expressões da desigualdade social, econômica, política e ambiental" (CFESS, 2016, p.09). Desse modo, as abordagens urbanas permeiam uma complexa dinâmica socioespacial, a qual, mediada pelos interesses do capital, expõe a população condições precárias de habitabilidade, com marcas significativas do não acesso aos serviços de saneamento básico.

Nesse sentido, destaca-se a experiência dos governos petistas no Brasil, com a ampliação de programas voltados para a infraestrutura social e urbana, como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCM) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujos desdobramentos demandaram a inserção do Trabalho Social nas intervenções físicas, marcado pelas orientações expressas no Caderno de Orientação do Trabalho Social (COTS), da Caixa Econômica Federal, e, posteriormente pela Portaria nº 21[1], de 22 de janeiro de 2014, do Ministério das Cidades.

Assim, a construção do debate que referencia este artigo se deu a partir da experiência enquanto Técnica Social em intervenções sociais e urbanas no campo do Saneamento Básico, mais especificamente em obras de ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, sob a responsabilidade da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) e com financiamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nas cidades de Cajazeiras e Patos, localizadas no sertão paraibano.

É importante sinalizar que o trabalho do Assistente Social no âmbito das políticas urbanas, como agente responsável pela elaboração e execução de Trabalho Social, tendo como referência os manuais sinalizados acima, expressa um recente campo de atuação profissional. O desafio que emerge, nessa conjuntura, expressa-se na afirmação do compromisso ético-político do Serviço Social e a efetivação dos objetivos propostos para o Trabalho Social, cujas nuances se assemelham, apesar de sofrerem inúmero embates no cotidiano, no processo contraditório que produz a realidade.

Desse modo, a questão que se apresenta é: Como garantir a efetivação do Projeto Ético-Político profissional, diante de demandas específicas do Trabalho Social, expressos na Portaria 21,

[1] CAGEPA, daliane.rvieira@gmail.com
[2] Hospital e Maternidade Caçula Leite, jordellemiguel15@gmail.com

do Ministério das Cidades, bem como das orientações do Agente Operador/Financeiro? Com base nesse questionamento, a proposta desse artigo é trazer alguns elementos para reflexão acerca da prática profissional do assistente social em trabalho técnico social.

II – OBJETIVOS

A construção do debate aqui empreendido tem como objetivo principal a delimitação de uma análise acerca dos elementos que permeiam o trabalho do assistente social em intervenções urbanas, sob a base da experiência do Trabalho Socioambiental em obras ligadas ao setor do saneamento básico. Para tanto, traz elementos da particularidade brasileira acerca das orientações para o Trabalho Social na política urbana, aqui expressa no setor do saneamento, bem como aponta alguns aspectos sobre a relação com as competências ético-políticas do Serviço Social.

III – METODOLOGIA

A configuração do trabalho aqui exposto apresenta um caráter qualitativo, sob as bases de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática, articulando o debate crítico acerca da atuação do assistente social na política urbana com as orientações e manuais que fundamentam o trabalho social em obras de infraestrutura urbana.

Nesses termos, a base analítica que construiu as reflexões aqui sumariadas apresenta um conjunto de especificidades que qualificam o padrão qualitativo da pesquisa, o qual, segundo Minayo (apud LIMA; MIOTO, 2007), é histórico (é datado e pode ser transformado), possui consciência histórica (seu sentido não se restringe às questões apresentadas pelo pesquisador), apresenta relação com o sujeito (que se identifica com ele), é ideológico e essencialmente qualitativo.

IV. RESULTADOS

O Serviço Social tem, como fundamento do seu exercício profissional, o compromisso com a democracia, a liberdade, a igualdade e a justiça social na luta pela garantia de direitos e ampliação da cidadania, voltados para a defesa dos interesses dos sujeitos sociais. Nesse cenário, sua intervenção social enfrenta um complexo movimento de afirmação desses preceitos, dada a configuração da sociabilidade capitalista e sua busca permanente pela manutenção da sua hegemonia, que determina processos de reordenamento do exercício profissional, tendo em vista o surgimento de novas demandas e a exigência de respostas profissionais diante das novas expressões da questão social. Assim,

> “Os (as) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em sua relação com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas”. (IAMAMOTO, 2009, p. 05)

Observa-se, na contemporaneidade, que o assistente social vem sendo requisitado por diversos espaços ocupacionais, como é o caso das empresas privadas, organizações da sociedade civil e no campo da assessoria. Nestes espaços, o profissional vem atuando desde a formulação, planejamento até a execução de políticas públicas, seja na área da educação, saúde, assistência, previdência, habitação, saneamento básico, dentre outras.

Nesse sentido, vem se ampliando a atuação profissional nas áreas de gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais, marcadamente, com o desenvolvimento de ações embasadas na perspectiva socioeducativa, com estímulo a organização do segmento dos usuários que demanda os serviços sociais como uma profissão que afirma sua responsabilidade na defesa e garantia de direitos. Se tomarmos como exemplo o Trabalho Social em intervenções sociais e urbanas, nota-se que, a partir do ordenamento expresso no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e nas orientações do Ministério das Cidades, ainda nos governos petistas, ocorreu uma ampliação de espaços sócio ocupacionais para o assistente social nos serviços urbanos de água e esgotos (certamente, outras áreas também tiveram ampliados os espaços de

[1] CAGEPA, daliane.rvieira@gmail.com
[2] Hospital e Maternidade Caçula Leite, jordellemiguel15@gmail.com

atuação do Serviço Social, como a Habitação, tendo em vista os impactos do Programa Minha Casa, Minha Vida) , haja vista o fato de que a equipe técnica que o compõe deve ser coordenada por um profissional de Serviço Social ou de Sociologia, de acordo com o Manual do Trabalho Social.

Diante dessa conjuntura, as demandas postas ao assistente social exigem uma reflexão acerca dos processos que referenciam essa dinâmica, pois esta determina a forma de atuação junto aos processos sociais. Assim, as exigências que são postas ao Serviço Social obrigam que esses profissionais ultrapassem a visão de meros executores de políticas sociais, se transformando em uma categoria capaz de decifrar a realidade posta com uma prática propositiva com o rompimento de ações rotineiras e burocráticas.

Nesse âmbito, o profissional deve assumir uma postura propositiva capaz de decifrar e entender as expressões da questão social no seu espaço sócio-ocupacional e propor estratégias para responder as mesmas. De acordo com Iamamoto (2009), ainda que o profissional possua autonomia ética e técnica, o seu trabalho é desenvolvido em um processo de trabalho coletivo, com atribuições institucionais impostas, que implica em uma autonomia relativa, tendo em vista que o profissional não possui todos os meios necessários para a efetivação do seu trabalho.

Essa configuração associada aos ditames do padrão capitalista contemporâneo, em sua fase financeira, com redimensionamento da função do Estado e a ampliação do caráter homogêneo e indiferenciado do trabalho, reflete nas requisições do mercado quanto ao trabalho, que "passa a requerer um trabalhador polivalente, com novas características técnicas e sociointelectivas, capaz de atuar em diferentes funções ou postos de trabalhos" (KOIKE, 2009, p. 04).

Tendo em vista que a compreensão do Serviço Social, no bojo da sociedade capitalista, implica no reconhecimento dos movimentos que permeiam o processo de reprodução social, e, portanto, tais determinações não isentam o assistente social das implicações das mudanças contemporâneas, ao contrário, obriga-o a "se adequar". Essa nova configuração é percebida, por exemplo, no processo de tecnificação profissional, onde se estabelece a necessidade de seguir manuais de trabalho, conforme se observa na experiência com o Trabalho Técnico Socioambiental e seu manual de instrução para o Trabalho Social, expresso na Portaria nº 21, do Ministério das Cidades.

O que não pode ser sumariado, no entanto, é a percepção de que o Serviço Social se apresenta, de um lado, como "realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional" (YAZBEK, 2009, p. 04) e, por outro, "como uma atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais" (*idem, ibidem*, p. 04). Interessa sinalizar que esse movimento pode se expressar contraditoriamente, de modo que pode acontecer um dissenso entre o objetivo da profissão, o trabalho que desempenha e os resultados que alcançam.

Esse caráter contraditório que permeia o campo de atuação do Assistente Social se deve ao fato de que novas exigências são postas ao exercício profissional, com o desenvolvimento de ações, muitas vezes, burocráticas que andam na contramão dos princípios que fundamentam a formação do Assistente Social. A Portaria nº 21, do Ministério das Cidades, por exemplo, surge como forma de instrução e orientação aos profissionais de como executarem suas ações, com a finalidade de atingir objetivos e metas pré-estabelecidas, o que pode leva o profissional a limitar sua prática àquilo que está imposto no referido documento.

Para tanto, a determinação de adequação da prática profissional a determinados manuais contribui para o fortalecimento do ideário do exercício profissional como mero executor, cujo resultante tende a mascarar a capacidade intelectual e reflexiva que a categoria possui para atuar em todas as fases do processo de trabalho, seja no planejamento, na elaboração, avaliação e execução dos Projetos Sociais. Com isso, observa-se a necessidade do Assistente Social propor estratégias de superação deste processo de tecnificação imposto pelos referidos manuais, a fim de garantir uma prática coerente com os princípios expressos no Projeto Ético-Político.

Se levarmos em consideração o que está disposto no Manual de Instruções do Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, o Trabalho Social:

> "compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados" (MCIDADES, 2014, p. 05).

[1] CAGEPA, daliane.rvieira@gmail.com
[2] Hospital e Maternidade Caçula Leite, jordellemiguel15@gmail.com

Nesse sentido, o trabalho social evidencia a perspectiva da abordagem socioambiental na elaboração, implantação, avaliação e execução do Projeto Técnico Social até a etapa de conclusão das obras e serviços (COTS, 2013, p. 02), a qual se estabelece entre as fases pré e pós obra. Orienta-se que a atuação da equipe social se baseie na realidade local da área beneficiada, valorizando as características socioculturais da região, articulando-a com a dinâmica socioeconômica que envolve as famílias beneficiadas pelos serviços, estimulando um trabalho multidisciplinar e a participação da população beneficiada pela intervenção.

O objetivo do Trabalho Social, conforme estabelecido na Portaria n° 21 (MCIDADES, 2014, p. 05), é "promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção". Nesses termos, o desenvolvimento das ações está fundamentado em quatro eixos: 1. Mobilização, organização e fortalecimento social; 2. Acompanhamento e gestão social da intervenção; 3. Educação ambiental e patrimonial; 4. Desenvolvimento socioeconômico.

Diante das particularidades das questões aqui sinalizadas, é incontestável a necessidade do assistente social não reduzir sua prática ao cumprimento das metas e objetivos estabelecidos nos manuais, sendo primordial a configuração de um olhar crítico frente ao significado social da profissão.

Cabe sinalizar que a orientação para o desenvolvimento das ações e efetivação dos objetivos, estabelecidos para o Trabalho Social, tendem a determinar o alcance de metas, cuja prática se assemelha com a "teoria dos resultados" – sendo, especificamente, efeito do capitalismo e de sua dimensão instrumental da razão, que se apresenta de forma hegemônica. No entanto, se a prática profissional do assistente social nesse campo (assim como nos demais espaços sócio ocupacionais) se restringe a essa forma de intervenção, tem-se um dos pontos mais expressivos da negação dos preceitos do Projeto Ético Político da profissão, dada sua vinculação com a imediaticidade e o empirismo.

Conforme aponta Guerra (2005, p. 06), essa configuração traz elementos para ilustrar um dilema (falso!) da profissão: o de que "não há uma correspondência da teoria na prática", ou seja, de que na prática, a teoria é outra. Tendo em vista o caráter interventivo do Serviço Social, ao se fortalecer essa ideia reducionista, ocorre a desvalorização da formação profissional, sob a crença de que há teoria demais, podendo incorrer num ciclo de negação das intencionalidades éticas e políticas que formam a profissão.

A direção social que a assenta a prática profissional toma liberdade como elemento central, o trabalho como base do ser social, "a radicalidade democrática comprometida com a socialização dos meios de produção da riqueza material e cultural, a equidade traduzida em justiça social e o reconhecimento do pluralismo de idéias e de práticas na profissão e na sociedade" (KOIKE, 2009, p. 12).

Essa articulação consiste em proporcionar ao profissional de Serviço Social uma maior compreensão da realidade social, a identificação de mediações e o desenvolvimento de ações embasadas em princípios e valores éticos políticos. Sendo assim, exige do profissional uma postura críticas diante das respostas dadas as novas expressões da questão social, assumindo um caráter reflexivo e propositivo, a fim de se tornar o profissional capaz de lidar com as contradições expressas na atual conjuntura neoliberal, no intuito de evitar que sua ação se torne burocrática, tecnicista, mercantil e rotineira (PIANA, 2009, p.117).

Um dos principais desafios para o profissional de Serviço Social se refere a busca pelo posicionamento com base no Projeto Ético Político para que não permita uma prática alienada, mas sim uma abordagem capaz de romper com práticas dependentes, subordinadas e despolitizadas. Cabe ressaltar também que os manuais de instrução, já mencionados, são de fato importantes para fundamentar as reflexões e os debates direcionados a prática, porém, o profissional não deve se restringir a estes documentos (CFESS, 2016, p. 54).

Assim, o Assistente Social deve elaborar suas ações a fim de ultrapassar a visão que reduz sua prática as propostas das portarias e manuais, interpretar os eixos que orientam o trabalho de forma crítica, reflexiva e propositiva com o objetivo de decifrar as reais expressões da questão social e reconhecer o papel do assistente social nas comunidades que estão sendo beneficiadas com os serviços sociais, tendo em vista a necessidade de aliar sua prática a dimensão ético-política da profissão (ZANINI, 2016, p.99).

V - REFERÊNCIAS

CFESS. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana - subsídios para reflexão**.

[1] CAGEPA, daliane.rvieira@gmail.com
[2] Hospital e Maternidade Caçula Leite, jordellemiguel15@gmail.com

Brasília. 2016.

CAIXA. **Caderno de Orientação Técnico Social (COTS).** Brasília. 2013.

GUERRA, Yolanda. **No que se sustenta a falácia de que "na prática a teoria é outra"?** 2° Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. UNIOESTE. Cascavel. 2005. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/mss20.pdf> Acessado em 22 de junho de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In: Serviço Social: Direitos e Competências profissionais. CFESS/ABEPSS. 2009.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço Social.** In: Serviço Social: Direitos e Competências profissionais. CFESS/ABEPSS. 2009.

MCIDADES. **Manual de Instruções do Trabalho Social. Portaria nº 21, do Ministério das Cidades.** Brasília. 2014.

PIANA, Maria Cristina. **O serviço social na contemporaneidade:** demandas e respostas. In: PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: Serviço Social: Direitos e Competências profissionais. CFESS/ABEPSS. 2009.

ZANINI, Ruth Gnecco. **Saneamento Básico e Serviço Social:** desafios à intervenção técnica socioambiental. Florianópolis. 2016.

---

[1]Conforme artigo 1º, a portaria "aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, contendo normas e orientações para elaboração, contratação e execução do Trabalho Social nas intervenções de habitação e saneamento objetos de operações de repasse ou financiamento firmadas com o setor público; intervenções de habitação objetos de operações de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos; nas intervenções inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos demais programas que envolvam o deslocamento voluntário de famílias; bem como naquelas executadas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, em todas as suas modalidades" (MCIDADES, 2014, p. 01).

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; intervenção urbana; trabalho social.

[1] CAGEPA, daliane.rvieira@gmail.com
[2] Hospital e Maternidade Caçula Leite, jordellemiguel15@gmail.com